



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

### LEI N° 2313/1978

Ementa

**ALTERA O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, PARA PERMITIR CONVERSÃO EM PECÚNIA DE 1/3 DAS FÉRIAS.**

Data da Norma

**30/06/1978**

Data de Publicação

**06/07/1978**

Veículo de Publicação

**Imprensa Oficial do Município-**

Matéria Legislativa

**Projeto de Lei nº 3259/1978 - Autoria: Prefeito Municipal**

Status de Vigência

**Revogada**

Observações

**Autor: PEDRO FÁVARO (PREFEITO MUNICIPAL)**

Histórico de Alterações

Data da Norma

**04/08/1987**

Norma Relacionada

**Lei nº 3087/1987**

Efeito da Norma Relacionada

Revogada por



"IOM" - 06/07/78, ret.- 13/07/78  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

LEI N° 2313, DE 30 DE JUNHO DE 1.978

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 27 de junho de 1.978, PROMULGA a seguinte Lei.

Art. 1º - Os artigos 91 e 95 da Lei Municipal nº 537, de 3 de dezembro de 1956, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 91 - O funcionário gozará anualmente 30 (trinta) dias consecutivos de férias.

§ 1º - É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.

§ 2º - Somente depois do primeiro ano de exercício adquirirá o funcionário direito a férias.

§ 3º - É facultado ao funcionário converter - 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em pecúnia, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, gozando obrigatoriamente o restante.

§ 4º - O exercício da faculdade contida no parágrafo anterior deverá ser manifestado pelo funcionário no requerimento de autorização para entrar em gozo das férias."

"Art. 95 - No início das férias, o funcionário terá direito ao recebimento adiantado da remuneração relativa aos dias de férias que irá gozar, acrescida, se for o caso, do valor correspondente à conversão de que trata o art. 91 § 3º."

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(PEDRO FÁVARO)  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos, aos trinta dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e oito.

MON. 3 jd.

(RENE FERRARI)  
Respondendo pela SNIJ